

ANEXOS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

IDENTIFICAÇÃO	
Designação	MUNICÍPIO DE POMBAL
NIPC	506334562
Natureza	Autarquia Local
Endereço postal	Largo do Cardal, 3100-440 Pombal
Telefone / Fax	236210500
Endereço de correio eletrónico	geral@cm-pombal.pt
Sítio na internet	
LEGISLAÇÃO	
Regime Financeiro	Lei 73/2013 de 03 de setembro
Regime Jurídico	Lei 75/2013 de 12 de setembro
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES	
Prestação de serviços públicos, no âmbito das atribuições municipais operacionalizadas por via das competências dos órgãos representativos e dos serviços respetivos.	
COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO	
IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão Santos - Presidente	
Isabel Maria Rodrigues Marto - Vereadora	
Gina Maria Estrela Domingues - Vereadora	
Pedro Navega Ferreira - Vereador	
Catarina Pascoal Silva - Vereadora	
Odete Marise dos Santos Alves - Vereadora	
Luis Miguel das Neves Simões - Vereador	

1.1.Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

A) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovado pelo decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

O balanço e a demonstração de resultados de 2022, e a informação relativa ao ano anterior, foram preparadas de acordo com o SNC-AP.

Como forma de apoiar o processo de transição, o International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) emitiu a Norma Internacional de Contabilidade aplicada ao Setor Público (IPSAS) 33 (1/01/2017) que versa a Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo das IPSAS que prevê, para algumas situações, a possibilidade de existência de um período de três anos para a entidade passar a publicar as suas contas em absoluta conformidade com as IPSAS.

Sendo possível a aplicação subsidiária da referida IPSAS 33 e considerando existirem operações que não estão conhecidas com a segurança e fiabilidade exigidas, entendeu o Órgão de Gestão do Município de Pombal, recorrer a esta prerrogativa de forma a que as demonstrações financeiras possam vir a incorporar eventuais operação inerentes à figura subjacente à Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham

produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

B) Comparabilidade

Em 2022, o Município aplica o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico ocorreu em 1 de janeiro de 2020.

C) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Os saldos consignados em dezembro de 2022 correspondem a € 5.127.793,12 e são relativos a receita recebida do Programa comunitário FEDER, no montante de € 3.988.095,01 e do Programa comunitário FUNDO DE COESÃO no montante de € 1.139.698,11, destinados exclusivamente para financiar projectos, cujas candidaturas foram aprovadas pelo Quadro Comunitário.

1.2 Valores de caixa e depósitos bancários

Detalhamos abaixo o saldo de caixa e depósitos para o exercício de 2022 e de 2021.

Conta	Euros	
	Ano 2022	Ano 2021
Caixa	4.107,38	2.010,76
Depósitos à ordem	9.608.543,63	3.948.524,04
Depósitos no Tesouro		
Depósitos bancários	9.608.543,63	3.948.524,04
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	5.127.793,12	3.114.470,18
Depósitos de garantias e cauções	2.779.663,62	2.877.897,02
Total de caixa e depósitos	17.520.107,75	9.942.902,00

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31 de dezembro de 2022
- Execução Orçamental	14.726.677,04
- Operações de Tesouraria	2.793.430,71
Saldo de gerência	17.520.107,75

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovadas pelo decreto-lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública (NCP).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional de apresentação

As principais políticas contabilísticas descritas encontram-se descritas abaixo.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2)

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao Município.

As propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POCAL, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23. Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade. Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Pombal seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.

Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que a quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Pombal, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição. Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara -se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas, no reconhecimento inicial pelo seu custo.

A participação financeira nas PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, ENM e Pombal Prof – Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda na qual o município detém 100% e 25% do capital, respectivamente, encontra-se mensurada pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato.

A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

2.2. Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erro

Ao longo dos anos foram depreciados terrenos, em virtude da rubrica de terrenos se encontrar integrada na rubrica de edifícios e outras construções, o que resultou um excesso de depreciações de cerca de 3 milhões de euros.

Adicionalmente foram reconhecidos indevidamente proveitos de subsídios num montante acumulado de 576.780 €.

Assim, o efeito nas rubricas de Balanço e Demonstração de resultados de detalha-se como se segue:

	2021	Ajustamento	2021 Reexpresso
ATIVO			
Ativos fixos tangíveis	219.370.993,89	2.314.926,49	221.685.920,38
Propriedades de investimento	12.061.812,66	740.027,18	12.801.839,84
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Resultados transitados	116.264.171,45	2.391.062,63	118.655.234,08
Outras variações no património líquido	65.250.573,76	567.780,09	65.818.353,85
Resultado líquido do período	1.161.866,79	96.110,95	1.257.977,74

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Gastos/reversões de depreciação e amortização	-10.878.674,09	96.110,95	-10.782.563,14
---	----------------	-----------	----------------

3. Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes. Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros abaixo:

Quadro – Quantia escriturada e variação do período

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições
	Ativos Intangíveis	36.435,49							-22.998,84		13.436,65
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento	4.790,85							-4.366,50		424,35
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	31.299,29							-18.572,76		12.726,53
AI5	Propriedade industrial e intelectual	-5.730,85							-59,58		-5.790,43
AI6	Outros	6.076,20									6.076,20
AI7	Ativos intangíveis em curso										
	TOTAL	36.435,49							-22.998,84		13.436,65

Não se registaram adições ou diminuições, nos Ativos Intangíveis.

Quadro – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Ativos Intangíveis	666.234,08	629.798,59		36.435,49	666.234,08	652.797,43		13.436,65
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	591.117,31	586.326,46		4.790,85	591.117,31	590.692,96		424,35
Programas de computador e sistemas de informação	68.444,46	37.145,17		31.299,29	68.444,46	55.717,93		12.726,53
Propriedade industrial e intelectual	596,11	6.326,96		-5.730,85	596,11	6.386,54		-5.790,43
Outros	6.076,20			6.076,20	6.076,20			6.076,20
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	666.234,08	629.798,59		36.435,49	666.234,08	652.797,43		13.436,65

4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, mas sim recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de exploração da Quinta de Sant' Ana - Redinha	Manuel Augusto da Conceição Silva	Quinta de Sant' Ana - Redinha	06/01/2020 a 06/01/2040	484.800,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão na área do Município de Pombal	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Via pública na área do Município de Pombal	18/03/2002 a 18/03/2022	Renda de concessão calculada de acordo com o Anexo II ao DL 230/2008 de 27/11	0,00 €	0,00 €	0,00 €

5. Ativos fixos tangíveis

Todos os bens do ativo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se refletida no quadro abaixo sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes

Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial reexpressa	Variações no período							Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	110 053 159,07	4 407 410,42					-8 129 095,12			106 331 474,37
Terrenos e recursos naturais	211 922,18	22 500,00								234 422,18
Edifícios e outras construções	1 275 714,16	554 283,65					-49 031,79			1 780 966,02
Infraestruturas	102 679 534,43	3 829 751,77					-8 079 586,69			98 429 699,51
Património histórico, artístico e cultural	71 314,67	875,00					-476,64			71 713,03
Outros	5 814 673,63									5 814 673,63
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais		740 027,18								
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	111 632 761,31	14 644 582,22					-1 336 969,34		-1 793 163,60	116 313 382,04
Terrenos e recursos naturais	33 486 549,68	1 081 811,81							-436 490,00	34 131 871,49
Edifícios e outras construções	58 277 538,17	2 810 313,08					239 338,07			61 327 189,32
Equipamento básico	2 209 107,55	387 234,75					-868 034,71		-8 710,70	1 719 596,89
Equipamento de transporte	1 394 670,64	203 358,42					-358 912,43			1 239 116,63
Equipamento administrativo	416 593,32	60 063,34					-148 076,44			328 580,22
Equipamentos biológicos										
Outros	750 140,11	336 435,07					-201 283,83		-663,72	884 627,63
Ativos fixos tangíveis em curso	15 098 161,84	9 765 365,75	-4 518 902,06						-1 347 299,18	18 997 326,35
TOTAL	221 685 920,38	19 051 992,64	-4 518 902,06				-9 466 064,46		-1 716 989,22	222 644 856,41

Quadro – Adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural		4.329.847,62								77.562,80	4.407.410,42
Terrenos e recursos naturais										22.500,00	22.500,00
Edifícios e outras construções		554.283,65									554.283,65
Infraestruturas		3.775.288,97								54.462,80	3.829.751,77
Patrimônio histórico, artístico e cultural		275,00								600,00	875,00
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		12.017.976,22		2.626.606,00							14.644.582,22
Terrenos e recursos naturais		413.910,31								667.901,50	1.081.811,81
Edifícios e outras construções		851.608,58		2.626.606,00						-667.901,50	2.810.313,08
Equipamento básico		387.234,75									387.234,75
Equipamento de transporte		203.358,42									203.358,42
Equipamento administrativo		60.063,34									60.063,34
Equipamentos biológicos											
Outros		336.435,07									336.435,07
Ativos fixos tangíveis em curso		9.765.365,75									9.765.365,75
TOTAL		16.347.823,84		2.626.606,00						77.562,80	19.051.992,64

Quadro – Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	-206.490,00				-1.586.673,60	-1.793.163,60
Terrenos e recursos naturais	-206.490,00				-230.000,00	-436.490,00
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico					-8.710,70	-8.710,70
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros					-663,72	-663,72
Ativos fixos tangíveis em curso					-1.347.299,18	-1.347.299,18
TOTAL	-206.490,00				-1.586.673,60	-1.793.163,60

Quadro – Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada reexpressa	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	177 010 729,14	66 957 570,07		110 053 159,07	181 418 139,56	75 086 665,19		106 331 474,37
Terrenos e recursos naturais	211 922,18			211 922,18	234 422,18			234 422,18
Edifícios e outras construções	1 566 590,67	290 876,51		1 275 714,16	2 120 874,32	339 908,30		1 780 966,02
Infraestruturas	169 344 798,10	66 541 728,46		102 803 069,64	173 174 549,87	74 744 850,36		98 429 699,51
Património histórico, artístico e cultural	72 744,56	1 429,89		71 314,67	73 619,56	1 906,53		71 713,03
Outros	5 814 673,63			5 814 673,63	5 814 673,63			5 814 673,63
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	148 270 577,57	38 952 742,75		109 317 834,82	156 495 984,13	40 182 602,09		116 313 382,04
Terrenos e recursos naturais	31 171 623,19			31 171 623,19	31 816 945,00			31 816 945,00
Edifícios e outras construções	76 091 624,52	15 622 695,07		60 468 929,45	78 901 937,60	17 574 748,28		61 327 189,32
Equipamento básico	12 532 996,46	10 323 888,91		2 209 107,55	12 896 619,02	11 177 022,13		1 719 596,89
Equipamento de transporte	5 295 236,35	3 900 565,71		1 394 670,64	5 410 284,77	4 171 168,14		1 239 116,63
Equipamento administrativo	4 859 027,71	4 442 434,39		416 593,32	4 916 437,08	4 587 856,86		328 580,22
Equipamentos biológicos								
Outros	3 221 907,50	2 471 767,39		750 140,11	3 556 434,31	2 671 806,68		884 627,63
Ativos fixos tangíveis em curso	15 098 161,84			15 098 161,84	18 997 326,35			18 997 326,35
TOTAL	325 281 306,71	105 910 312,82		221 685 920,38	337 914 123,69	115 269 267,28		222 644 856,41

6. Custos de empréstimos obtidos

A rubrica de custos de empréstimos detalha-se da seguinte forma:

Mapa - Custo dos empréstimos

Entidade	Data de contratação	Prazo Amortiz.	Finalidade	Capital		Encargos do Período			Encargos ano vencidos e não pagos	Dívida no início do período	Dívida no final do período
				Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total			
CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	01/12/2008	15	N - Investimento	2.944.444,66	2.916.510,13	224.346,92	251,84	224.598,76		560.867,47	336.520,55
BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	08/05/2010	25	I - Investimento até 4,129 MEur	2.681.116,87	2.681.116,87	116.570,28	16.815,44	133.385,72		1.602.841,35	1.486.271,07
CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	28/09/2020	20	N - Investimento	5.192.690,24	2.898.817,73		3.989,90	3.989,90		1.089.063,23	2.898.817,73
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	18/03/2003	25	I - Bº Margens do Arunca	302.548,00	302.548,00	15.346,47	205,70	15.552,17		61.714,82	46.368,35
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	05/04/2003	25	N - Bº S. S.João de Deus	674.090,00	674.090,00	29.841,10	791,09	30.632,19		211.347,59	181.506,49
BANCO MILLENNIUM BCP	02/05/2022	4	Locação financeira para a aquisição de 4 viaturas elétricas	126.908,62	126.908,62	15.501,58	124,10	15.625,68			111.407,04
TOTAL				11.921.798,39	9.599.991,35	401.606,35	22.178,07	423.784,42	0,00	3.525.834,46	5.060.891,23

7. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial Reexpressa	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
	Propriedades de Investimento	12.801.839,84	2.618,26		240.786,78						12.563.671,32		
PI1	Bens de domínio público												
PI2	Terrenos e recursos naturais	2.842.050,00									2.842.050,00		
PI3	Edifícios e outras construções	9.959.789,84	2.618,26		240.786,78						9.721.621,32		
PI4	Outras propriedades de investimento												
PI5	Propriedades de Investimento em curso												
TOTAL		12.801.839,84	2.618,26		240.786,78						12.563.671,32		

Quadro – Adições

Designação	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de Investimento		2.618,26								2.618,26
Bens de domínio público										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções		2.618,26								2.618,26
Outras propriedades de investimento										
Propriedades de Investimento em curso										
TOTAL		2.618,26								2.618,26

Não se registaram diminuições nas Propriedades de Investimento.

8. Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes durante o ano de 2022 - custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação de valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	0,00	21.930,77	21.930,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	142.835,00	171.902,67	163.077,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.659,96
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	142.835,00	193.833,44	185.008,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.659,96

9. Rendimento de transações com contraprestação

Esta nota tem por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviços e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe dos rendimentos

QUADRO – RENDIMENTO com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
(1)	(2)
Prestação de serviços	4.876.193,58
Saneamento	1.433.994,10
Resíduos Sólidos	1.793.167,05
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	52.102,96
Trabalhos por Conta de Particulares	29.639,68
Cemitérios	84.354,63
Mercados e Feiras	76.372,58
Outros	1.095.029,14
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	151.038,72
Vistorias e ensaios	
Aluguer de equipamentos	75,00
Arrendamento	155.840,55
Outros serviços	4.579,17
Venda de bens	1.931.386,51
Produtos agrícolas e pecuários	540,00
Produtos alimentares e bebidas	41.990,93
Água	1.895.217,42
Outros produtos	21.539,06
Mercadorias	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	6.084,10
Descontos e abatimentos em vendas	-33.985,00
Outros Rendimentos	7.190.972,55
Rendimentos suplementares	

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
(1)	(2)
Ganhos em inventários	7.360,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	2.258.571,19
Outros	4.925.041,36
Juros e rendimentos similares obtidos	28.737,28
Juros obtidos	923,77
Dividendos obtidos de Outras entidades	27.567,73
Outros	245,78
Descontos de pronto pagamento obtidos	
Outros rendimentos similares	245,78
TOTAL	14.027.289,92

10. Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Quadro – rendimentos sem contraprestação.

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
(1)	(2)		(3)		
Impostos diretos	9.716.785,93				
Impostos indiretos	2.552.457,96				
Contribuições para sistemas de proteção social					
Taxas	1.020.058,61				
Taxas	17.251,68				
Taxas específicas das autarquias locais	1.002.806,93				
Multas e outras penalidades	129.450,59				
Transferências sem condição	18.744.627,21				
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Reversões	305.214,24				
Outros					
TOTAL	32.468.594,54				

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 2.514.712,59€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Reversões (8)	Outras diminuições	
Provisões								
Processos judiciais em curso	2.514.712,59		501.717,08		501.717,08	310.214,24	310.214,24	2.706.215,43
Matérias ambientais								
Contratos onerosos								
Outras provisões								
Total	2.514.712,59		501.717,08		501.717,08	310.214,24	310.214,24	2.706.215,43

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos processos onde não se verificou as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Descrição	Valor da acção
Processo n.º 48/19.1BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 377/19.4BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 825/19.3BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	50.000,00
Total passivos contingentes	110.000,02

12. Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13. Divulgações de partes relacionadas

Divulgação de controlo

A listagem das entidades participadas apresenta-se a seguir:

MUNICÍPIO DE POMBAL MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Alinea c) do nº 2 do artº 46 da Lei 73/2013 de 3 de Setembro

Designação da Entidade	NIF	Sede	Tipo Entidade	Capital Social	Participação do Município	
					Valor Nominal	%
LUSITÂNIAGÁS - Companhia de Gás do Centro, SA	502761024	Aveiro	Societária	20.500.000,00	7.810,00	0,04%
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EMM	505214300	Pombal	Societária	325.000,00	325.000,00	100,00%
VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	503811866	Leiria	Societária	2.000.000,00	190.400,00	9,52%
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda.	504609696	Pombal	Societária	600.000,00	150.000,00	25,00%
MAPICENTRO - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes, SA	501638938	Leiria	Societária	2.285.000,00	230,00	0,01%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Lisboa	Não Societária	417.857.175,00	1.110.600,00	0,27%
Total em Eur.					1.784.040,00	

Divulgação de transações entre partes relacionadas

As transações ocorridas em 2022 com as partes relacionadas, no que se refere a rendimentos e gastos, foram como se segue:

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo final no Município
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EMM	Entidade controlada	Fornecimento e serviços externos	1.047.298,97 €	94,4%	18.765,28 €
		Subsídios a exploração	25.704,72 €	2,3%	4.284,12 €
		Protocolo Bodo 2022	22.448,69 €	2,0%	22.448,69 €
		Multas contraordenações leves de e	14.160,00 €	1,3%	0,00 €
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, SA	Entidade não controlada	Formação	0,00 €	0,0%	0,00 €
Total de transações			1.109.612,38 €		

Sociedade participada	Cap. social da participada	% detida	Contas participadas 2022		Fracção no Cap. próprio	Equivalência patrimonial 2022 (ganho)	Participação Financeira 2022	Equivalência patrimonial 2021 (ganho)	Participação Financeira 2021
			Cap. próprio	Result. líquido					
PMUGest	325 000	100,000%	891 673	102 678	891 673	102 678	994 351	61 119	891 673
Pombal Prof	150 000	25,000%	1 601 513	113 613	400 378	28 403	429 171	51 023	400 768
					1 292 051	131 081	1 423 522	112 142	1 292 441

14. Outras divulgações

14.1. Alterações no património líquido

Detalhamos abaixo os movimentos ocorridos no património líquido durante o exercício de 2022.

Rubricas	01/01/2022	Aumentos de patrimônio	Diminuições de patrimônio	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2022
51- Patrimônio	50.462.719,21							50.462.719,21
55 - Reservas	5.317.894,04	0,00	0,00	58.093,34			0,00	5.375.987,38
- Reservas legais	5.317.894,04			78.925,76				5.317.894,04
56 - Resultados transitados	118.655.234,08	150.690,32	-35.009,32	-58.093,34		1.257.977,74	-274.356,66	119.696.442,82
- Resultados transitados	110.454.071,12	150.690,32	-35.009,32	-58.093,34		1.257.977,74	-96.110,95	111.673.525,57
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	5.775.896,03							5.775.896,03
- Outras regularizações	2.425.266,93						-178.245,71	2.247.021,22
57 - Ajust. em ativos financeiros	660.235,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660.235,27
- Relacionados com o MEP	660.235,27							660.235,27
59 - Outras variações no patrimônio líquido	65.818.353,85	-2.241.744,59	7.873.686,01	0,00	0,00	0,00	0,00	71.450.295,27
Transferências e subsídios de capital	60.749.360,42	-4.322.951,05	6.144.449,37	0,00	0,00	0,00	0,00	62.570.858,74
- Ativos depreciables	60.749.360,42	-4.322.951,05	6.144.449,37					62.570.858,74
- Ativos não depreciables	0,00							0,00
Outras transferências, sub.capital	5.038.243,73	-545.399,54	1.729.236,64					6.222.080,83
- FEF Capital	2.105.237,13	-283.608,47	915.522,00					2.737.150,66
- Artº 35º, nº 3, lei nº 73/2013	2.559.690,09	-204.487,45	751.686,00					3.106.888,64
- Outras transferências	373.316,51	-57.303,62	62.028,64					378.041,53
Doações obtidas	7.584,70							7.584,70
Transferências de ativos	0,00	2.626.606,00						2.626.606,00
Outras variações de capital próprio	23.165,00							23.165,00
88-Resultados líquido do exercício	1.257.977,74			-1.257.977,74	0,00	964.755,59	0,00	964.755,59
TOTAL	242.172.414,19	-2.091.054,27	7.838.676,69	-1.257.977,74	0,00	2.222.733,33	-274.356,66	248.610.435,54

As variações no patrimônio líquido no exercício de 2022, apresentam as seguintes operações:

- Transferência do resultado líquido do período de 2021, para reservas livres, capital e resultados transitados;
- Reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes,
- Transferências de Capital (FEF + Artº 35º nº 3 da Lei 73/2013)

14.2. Rendimentos e Ganhos

O aumento dos Rendimentos deve-se, essencialmente, às transferências do IGEFE e do I.S.Social, posteriormente assumidas pela DGAL, para financiar as transferências de competências da educação e ação social, que tiveram início em Abril de 2022.

RENDIMENTOS E GANHOS	Ano 2022	Ano 2021
Impostos, contribuições e taxas	13.418.753,09	12.107.722,03
Vendas	1.931.386,51	1.820.591,16
Prestações de serviços e concessões	4.876.193,58	4.528.763,48
Transferências e subsídios correntes obtidos	18.744.627,21	17.155.575,92
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	131.081,00	112.141,57
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0	0
Provisões (reduções)	305.214,24	41.466,05
Outros rendimentos	7.190.972,55	8.508.663,12
Juros e rendimentos similares obtidos	28.737,28	3.665,64
TOTAIS	46.626.965,46	44.278.588,97

Tal como sucedeu em 2021, o resultado líquido tende a diminuir uma vez que as anteriores transferências de capital são levadas diretamente para o patrimônio. Só

são consideradas rendimentos, em resultado da quota proporcional à amortização dos bens.

14.3. Gastos e Perdas

Comparativamente com o exercício de 2021, o Município apresenta uma subida nos gastos e perdas que se justifica, na sua maioria, com o aumento dos gastos com pessoal, devido as já referidas transferências de competências no domínio da educação e com os aumentos nos custos nas aquisições de bens e serviços, consequência do aumento galopante da inflação devido à crise energética, associada ao conflito armado na Europa. As amortizações e depreciações do período também aumentaram, resultado da alteração significativa da vida útil dos bens, bem como alteração de taxa, tendo por base o novo normativo aplicável (SNC-AP).

GASTOS	Ano 2022	Ano 2021
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	185.008,48	171.328,71
Fornecimentos e serviços externos	12.756.561,46	11.459.565,79
Gastos com pessoal	12.390.273,20	9.278.265,11
Gastos de depreciação e amortização	11.804.156,37	10.878.674,09
Transferências e subsídios concedidos	6.740.902,76	8.993.966,12
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	41.674,92	77.621,88
Provisões (aumentos)	501.717,08	307.670,03
Outros gastos	1.186.483,81	1.900.913,89
Juros e gastos similares suportados	55.431,79	48.716,56
TOTAIS	45.662.209,87	43.116.722,18

Detalhe de transferências e subsídios concedidos

A descida das transferências justifica-se em parte pelo aumento excecional que tiveram em 2021, com as verbas transferidas no âmbito do programa POMBAL APOIA e os gastos com a requalificação da C+S da Guia e da Gualdim Pais que, à data de 31/12/2021, ainda não pertenciam ao património municipal.

DESCRIÇÃO	Ano 2022	Ano 2021
Transferências correntes concedidas	5.716.203,54	4.862.052,72
Subsidios correntes concedidos	174.473,41	2.017.054,57
Transferências de capital concedidas	850.225,81	2.114.858,83
TOTAIS	6.740.902,76	8.993.966,12

14.4. Gastos com pessoal

O aumento dos gastos com o pessoal verificado em 2022 é justificado pela entrada de 199 novos trabalhadores que transitaram para o Município de Pombal, no âmbito da transferência de competências na área da Educação, operada a 1 abril de 2022, de 55 novos trabalhadores, através de procedimento concursal e ou acionamento de reserva de recrutamento, e das atualizações salariais para a função pública.

Somando-se os 660 colaboradores (trabalhadores e membros dos GAP's), o Presidente, 4 Vereadores que exercem funções a tempo inteiro, 26 prestadores de serviços, 9 beneficiários integrados através do IEF, 3 trabalhadores ao abrigo da

Medida de Emprego Apoiado em Mercado Aberto e 10 trabalhadores ausentes há mais de 6 meses, em 31 de dezembro de 2022, o Município de Pombal contava com um total de 713 elementos em exercício de funções.

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

DESCRIÇÃO	Ano 2022	Ano 2021
Remunerações Orgãos Autárquicos	264.387,09	198.108,67
Remunerações do Pessoal	9.484.100,64	7.074.434,45
Pensões	45.979,92	45.668,95
Indemnizações	39.381,46	
Encargos s/ Remunerações	2.217.062,81	1.603.964,50
Seguros de acid. trabalho e doenças profis.	54.415,51	76.854,91
Outros encargos sociais	284.945,77	279.233,63
Total	12.390.273,20	9.278.265,11